

IT-One Tecnologia da Informação S.A.

Rua Alberto Cintra, 161 – 6º Andar – Funcionários
31160-370 - Belo Horizonte – MG
Tel / Fax: 31 3524-3450



Ao

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ILMO. SRA. Juliana Silva Teixeira - PREGOEIRA

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS: PLANEJAMENTO: Nº 226/2019 - PROCESSO
SEI: Nº 19.16.3720.0006192/2019-16**

**REFERÊNCIA: CONTRARRAZÕES – RECURSO ADMINISTRATIVO – LENOVO COMERCIAL DE
DISTRIBUIÇÃO LTDA.**

RECORRIDA: IT-ONE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO S.A. - CNPJ 05.333.907/0001-96

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de computadores e monitores auxiliares

CONTRARRAZÕES A RECURSO ADMINISTRATIVO

IT One Tecnologia da Informação S.A., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 05.333.907/0001-96, com sede à Rua Alberto Cintra, n.º 161, Bairro União - Belo Horizonte, Minas Gerais, vem, respeitosamente e tempestivamente, perante V. Sa., por seu representante legal, apresentar suas contrarrazões ao Recurso Administrativo, interposto pela empresa **Lenovo Comercial de Distribuição Ltda** conforme lhe faculta a Lei nº 8.666/93 e o item 12.2 do Edital, nos seguintes termos:

I – A TEMPESTIVIDADE DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES

Em princípio, cumpre demonstrar a tempestividade destas contrarrazões. A empresa **IT One Tecnologia da Informação S.A. – “RECORRIDA”** - tomou conhecimento das razões de recurso impetrada pela **Lenovo Comercial de Distribuição Ltda – RECORRENTE**, através de arquivo postado no site do Compras MG no dia 31/10/2019. Conforme o item 12.2 do Edital o termo final para a nossa resposta é o dia 05 de Novembro de 2019. Desta forma as presentes contrarrazões são tempestivas e deverão ser analisadas por essa Comissão.

II – DOS FATOS

Apresentaremos aqui nossas considerações de modo a deixar bastante claro que foi acertada a decisão de declarar a **RECORRIDA** vencedora e que os argumentos apresentados pela **RECORRENTE** são falaciosos¹ e não representam a realidade dos fatos. O recurso apresentado pela **RECORRENTE** é impertinente e improcedente em relação à proposta técnica e comercial apresentada pela **RECORRIDA**, conforme justificaremos a seguir. Desta forma estará claro que este processo ocorreu dentro das legalidades e das boas normas comerciais existentes nos processos de compras do Governo de Minas Gerais.

¹ O termo **falácia** deriva do verbo latino *fallere*, que significa enganar. Designa-se por falácia um raciocínio errado com aparência de verdadeiro
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fal%C3%A1cia>



1 – A **RECORRIDA** tomando ciência do presente **Pregão Eletrônico para Registro de Preços PE226/2019** para aquisição de uma solução de tecnologia, conforme objeto do Edital mencionado acima, para o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS– CONTRATANTE** - se inscreveu no processo supramencionado, participou da sessão eletrônica, sendo classificada em primeiro lugar no Lote 1 por ter enviado o lance com o menor preço para este processo.

2 – A **RECORRIDA** de posse do Edital e após analisá-lo cuidadosamente, providenciou toda a documentação necessária - respondeu as configurações exigidas - bem como elaborou suas propostas, nos termos do Edital de Licitação. Observou ainda especial cuidado ao elaborar sua proposta comercial, principalmente, em função das regras estabelecidas no Edital da Licitação PE226/2019.

3 – A **RECORRENTE** alega em suas considerações que a proposta ofertada pela **IT-One Tecnologia da Informação S.A.** não atende às exigências contidas no Edital para o Lote 1, onde demonstraremos o contrário.

A documentação necessária para comprovação da nossa oferta foi entregue atendendo às necessidades técnicas do edital.

DO DESATENDIMENTO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA LICITANTES VENCEDORA DO LOTE 2 – INOBSERVÂNCIA AO PRÍNCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A **RECORRENTE** alegou em suas considerações o seguinte:

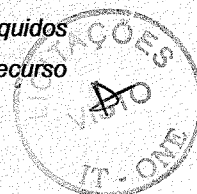
“Apesar da instrução clara, de que o equipamento deve estar acompanhado de Teclado o qual, dentre as suas principais características, obrigatoriamente deve ser resistente ao derramamento de líquidos, e ter vida útil mínima de 20 milhões de toques, observamos que a IT-ONE ofertou produto em desacordo com a exigência editalícia e, conforme se exporá adiante, com qualidade inferior ao adequado atendimento do interesse público.”

a) *Em relação ao Lote 1 – Item 1.13 – Teclado - subitem 1.13.2:*

a.1) *“Conforme observado em sua proposta comercial, a qual fora confeccionada em desacordo com o ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA (PLANILHA DE PREÇOS), em sua p. 8 consta claramente o modelo de teclado ofertado, a saber, Teclado Multimídia Dell KB216 Preto – em português (Brasil), conforme recorte abaixo:*

- **Teclado Multimídia Dell KB216 Preto - em português (Brasil)**

Informamos que este modelo de teclado não é resistente ao derramamento de líquidos. Isto é, não tem design com drenos abaixo do teclado, por meio do quais líquidos derramados acidentalmente sobre o acessório possam ser escoados, nem recurso



IT-One Tecnologia da Informação S.A.

Rua Alberto Cintra, 161 – 6º Andar – Funcionários

31160-370 - Belo Horizonte – MG

Tel / Fax: 31 3524-3450



resistente ao derramamento acidental de líquidos, evitando danos ao produto (danos esses que não seriam cobertos pela garantia). Em anexo apresentamos catálogo do produto KB216, constando claramente “Spill-Resistant Design = No”, que em tradução livre e direta significa “Desenho não resistente a respingos”. A seguir, apresentamos fotos do produto novo retirado de sua caixa/embalagem original, pelas quais pode se comprovar que o projeto deste acessório não prevê os drenos para resistência ao derramamento de líquidos

A seguir, foto do folheto de Termos e Condições – Brasil, a respeito da garantia do produto, que segue na embalagem deste acessório. Na sequência, reproduz-se recorte ampliado das “Exclusões” mencionadas no referido termo. Isto é, das situações de dano causado ao produto não cobertas pela garantia, dentre as quais destacamos “Danos causados por mau uso, abuso, queda, negligência, imprudência e/ou imperícia” – circunstâncias nas quais se enquadra, precisamente, o derramamento acidental de líquidos.

Para melhor comprovação dos fatos expostos anteriormente, apresentamos informação coletada no site da fabricante DELL (<https://www.dell.com/ptbr/work/shop/compare?ocs=331-9897,580-adin>), onde há a possibilidade de se comparar as características dos diferentes tipos de teclados fornecidos pela empresa. Conforme abaixo, selecionando-se o modelo KB522 (de uso empresarial) e o ofertado pela IT-ONE KB216, é claro e inquestionável que o modelo KB216 não é resistente ao derramamento de líquidos, a saber”

Em relação a estas alegações apresentamos abaixo as comprovações de que são infundadas as alegações da RECORRENTE e que este teclado atende plenamente ao solicitado no Edital:

- 1) Os documentos e o site informados acima pela RECORRENTE não representam o modelo do teclado que a RECORRIDA apresentou em sua proposta e, portanto apresentamos informação coletada no site da fabricante DELL <https://www.dell.com/en-us/shop/dell-multimedia-keyboard-kb216-us-international-qwerty-black/apd/580-admt/pc-accessories> onde temos a informação do modelo cotado e do atendimento a este item:



Multimedia keyboard for everyday home or office use

The Dell Multimedia Keyboard provides a convenient keyboard solution for everyday home or office computing uses. The keyboard's full layout with chiclet style keys allows for efficient, comfortable typing - excellent for everyday usage on virtually any task at hand. Durable and made of flexible materials, the Dell Multimedia Keyboard is also spill resistant.



What's in the box

Dell Multimedia Keyboard - KB216.

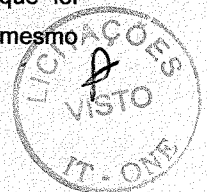
- 2) Declaração do próprio fabricante DELL – anexada a este processo e que foi apresentada nos documentos de comprovações do Lote 2 que utiliza o mesmo modelo de teclado, comprovando o atendimento ao Lote 1.
- 3) Em relação a alegação da perda da garantia por mau uso decorrente do derramamento de líquido, isto novamente não procede, uma vez que já demonstramos anteriormente que o teclado atende à funcionalidade de derramamento de líquido. Além disso, no caso do teclado, que é considerado um acessório do equipamento microcomputador, objeto deste certame, assim como qualquer outro acessório, como o mouse por exemplo, são atendidos para suporte através do número de série do equipamento principal, ou seja, do microcomputador desktop ofertado e, estes acessórios acompanham a garantia do equipamento principal.

Desta forma, fica claro o atendimento técnico deste acessório (teclado) conforme solicitado neste certame.

- b) Em relação ao Lote 1 – Item 1.13 – Teclado - subitem 1.13.4:

b.1) "Ainda sobre o teclado ofertado, vale observar a exigência mínima do edital "1.13.4. Vida útil mínima de 20 milhões de toques". Conforme o próprio edital prescreve, no item 1.16.8, "Fornecer Catálogo técnico oficial do produto que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital. Caso os Catálogos Técnicos apresentados omitam alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e seus Anexos, deverá ser anexado aos mesmos a declaração do fabricante, completando estas informações, em Português" {grifo nosso}. Ao analisar, em detalhe, a documentação apresentada pela IT-ONE, não se verifica nem manual técnico ou catálogo do produto ofertado; nem, tampouco, declaração do fabricante apontando a resistência mínima (ou durabilidade) correspondente. Tais evidências consistem em mais uma prova contundente de que, a rigor, foi ofertado teclado em desacordo com a exigência editalícia. Por esse motivo, tal produto sequer pode figurar como oferta válida e aceitável, em plena observância ao dever legal e administrativo de vinculação ao instrumento convocatório (Lei Federal nº 8.666/1993, art. 41)."

- 1) Declaração do próprio fabricante DELL – anexada a este processo e que foi apresentada nos documentos de comprovações do Lote 2 que utiliza o mesmo modelo de teclado, comprovando o atendimento ao Lote 1.



IT-One Tecnologia da Informação S.A.

Rua Alberto Cintra, 161 – 6º Andar – Funcionários

31160-370 - Belo Horizonte – MG

Tel / Fax: 31 3524-3450



- 2) Informamos também que houve um processo licitatório em 2017 onde a IT-One foi declarada vencedora e apresentou o mesmo modelo de teclado, comprovando esta funcionalidade através de uma declaração do fabricante - anexada.

Desta forma, fica claro o atendimento técnico deste acessório (teclado) conforme solicitado neste certame.

- c) Em relação a alegação abaixo:

c.1) "Conforme arguido, inicialmente, a imprudência da IT-ONE, ao não adotar o modelo de proposta informado no ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA (PLANILHA DE PREÇOS), incitou a proponente a cometer equívoco quanto ao atendimento à exigência editalícia, colocando em xeque a efetiva garantia de 60 (sessenta) meses a ser devidamente prestada pelo fabricante – e não (frise-se!) pela proponente, nos termos do edital (itens 10, 10.1 e 10.1.1), considerando-se que sequer se apresentaram dados suficientes a respeito da assistência técnica local (do fabricante ou sua autorizada técnica), conforme assim o exige o quadro de proposta no Anexo III (recorte abaixo)."

2.5.3) A garantia será prestada por empresa credenciada pelo fabricante, preferencialmente situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH – LC Nº 63/02), sendo indicada(s).

Empresa (razão social):	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

- 1) Informamos que apresentamos junto a nossa proposta comercial as declarações do fabricante sobre a garantia prestada e a declaração de assistência técnica sobre a relação de assistência técnica do fabricante conforme solicitado neste Edital - anexadas neste processo.
- 2) Além das declarações dos fabricantes apresentamos em nossa proposta comercial todos os itens solicitados no modelo de proposta – Anexo III, com a informação sobre como será prestada a garantia (direto do fabricante) conforme solicitado e demonstrado a seguir (retirado de nossa proposta comercial apresentada):

PRAZO DE GARANTIA (DO FABRICANTE):

Para o lote 1: 60 MESES, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos (MÍNIMO meses);



A garantia inclui todos os seus acessórios e será oferecida pelo fabricante;

Os custos com transporte para fins de execução de serviços relativos à garantia, inclusive quando realizados fora da RMBH, serão arcados exclusivamente pela contratada;

A garantia será prestada por empresa credenciada pelo fabricante, preferencialmente situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH – LC Nº 63/02), sendo indicada(s) conforme declaração anexada a esta proposta.

Desta forma, fica claro o atendimento de nossa proposta comercial conforme solicitado neste certame

d) Em relação a alegação abaixo referente ao item 10.1.4:

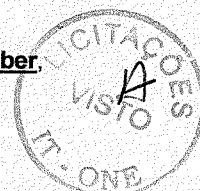
d.1) “Cumpra-se DESTACAR que em relação a exigência contida no “ANEXO VIII – Termo de Referência – item 10.1.4” onde estabelece que “Quando o licitante não for o próprio fabricante, a garantia do fabricante for menor que o estipulado na especificação 10.1.1 e o licitante fornecer uma “extensão de garantia”, “prazo de garantia estendido” ou “modalidade de prestação de serviços para atendimento on-site e/ou tempos de reparo”, o licitante deverá informar na proposta comercial o respectivo código junto ao fabricante dos serviços adicionais incluídos. Para comprovação, poderá ser apresentado pelos licitantes e/ou fabricantes declaração ou outro documento informando sobre os prazos de atendimento/reparo, ou, se couber, o Partnumber do serviço ofertado” (negrito nosso) em nenhuma documentação apresentada há a informação e/ou código do fabricante e/ou menção por parte do fabricante (que é o prestador/executor da garantia) que o tempo de reparo será em até 48 horas conforme estabelecido no item 10.1.8.”

Informamos que no item acima mencionado é informado o seguinte: “Para comprovação, poderá ser apresentado pelos licitantes e/ou fabricantes declaração ou outro documento informando sobre os prazos de atendimento/reparo, ou, se couber, o Partnumber do serviço ofertado” (grifo e negrito nosso).

- 1) De acordo com o informado acima, para comprovação poderá ser apresentado pelos licitantes e/ou fabricantes declaração ou outro documento. Apresentamos em nossa proposta comercial estas informações conforme textos retirados da mesma, conforme reproduzido a seguir:

Prazo garantia	Para o lote 1: 60 meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.
Modalidade de garantia	8x5, On-site, de segunda às sextas-feiras, dias úteis, de 08:00hs às 18:00hs
Tempo de atendimento	NBD (próximo dia útil) – Tempo de Reparo 48hs

- 2) Apresentamos declaração do fabricante exclusiva para este processo e, o fabricante ao fornecer a declaração de garantia, está ciente e atende a todos os requisitos de atendimento e SLA do Edital – anexada.
- 3) Sobre a informação do partnumber do fabricante, está bem claro que o termo: ou, se couber,



IT-One Tecnologia da Informação S.A.

Rua Alberto Cintra, 161 – 6º Andar – Funcionários

31160-370 - Belo Horizonte – MG

Tel / Fax: 31 3524-3450



desobriga a apresentação destes códigos, uma vez que já foram apresentados a declaração do próprio fabricante e a proposta comercial com estas informações.

- 4) Sobre o texto a seguir: “o licitante deverá informar na proposta comercial o respectivo código junto ao fabricante **dos serviços adicionais incluídos**.” (grifo e negrito nosso), como nesta oferta não existem serviços adicionais incluídos, uma vez que toda a garantia será prestada pelo próprio fabricante, não há um código a ser apresentado. Os equipamentos sairão de fábrica com o suporte/garantia total do fabricante solicitado neste certame.

Além de todas as comprovações mencionadas anteriormente, declaramos em nossa proposta – conforme texto abaixo retirado da mesma - que atendemos a todos os itens e subitens solicitados no Edital /Anexos:

A Proponente declara que a referida proposta foi elaborada considerando seus conhecimentos e experiências e em conformidade com os dados, diretrizes, condições e exigências estipuladas pelo **Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público do Estado de MG** no Instrumento Convocatório.

Assim, a Proponente declara ainda que conferiu todos os dados e valores ofertados, e que, em decorrência, assume integral e exclusiva responsabilidade por eventuais erros e omissões existentes em sua proposta.

Além disso, conforme item 17.4 do Edital:

17.4. A apresentação de proposta obriga os licitantes ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

O Ministério Público já possui equipamentos DELL com o mesmo modelo de teclado, e por este motivo, possui conhecimento de todas as funcionalidades técnicas dos mesmos.

Todos os documentos enviados, juntamente com a nossa proposta comercial foram analisados pelo setor técnico responsável do Ministério Público que opinou pela aprovação de nossa proposta, conforme mensagem postada no site do Compras MG:

“Srs. licitantes, informo que a PROPOSTA e a DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA do licitante F000194 foram analisadas tecnicamente pelos servidores Marcelo Eckel Figueiredo e Vanessa Coelho de Oliveira, representando o setor técnico (Diretoria de Suporte e Manutenção), que opinaram pela sua aprovação.”

Portanto além de atendermos plenamente ao solicitado no Edital, não haverá prejuízos ao Ministério Público, que deve sempre prezar pelos princípios da economicidade, razoabilidade e isonomia em um processo licitatório.



IT-One Tecnologia da Informação S.A.

Rua Alberto Cintra, 161 – 6º Andar – Funcionários

31160-370 - Belo Horizonte – MG

Tel / Fax: 31 3524-3450



Destaca-se que a proposta da RECORRENTE - segunda colocada na etapa de lances, foi R\$ 840.000,00 maior que a proposta da RECORRIDA. Logo, destaca-se o cumprimento da finalidade da busca pela oferta mais vantajosa. E neste caso, caso a documentação não tenha sido suficiente para conhecimento dos detalhes da oferta, com mera diligência seria possível se resolver.

Faculta o §3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 a diligência para esclarecer dúvidas ou qualquer fato que dificulte a clara identificação dos requisitos do edital, logo cumprindo o dever de lealdade e de busca pela oferta mais vantajosa nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

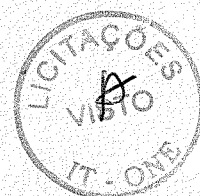
Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícia, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Com a posição do TCU é possível afirmar que a diligência é um dever da Administração e única forma de comprovar que se esforçou para atingir a finalidade da licitação.

Uma conduta de formalismo exacerbado, reprovada pelo Tribunal de Contas da União com bem descreve o acórdão 357/2015-Plenário: "No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

Como visto, a diligência é uma obrigação que resultaria no maior esclarecimento da solução sem nenhum prejuízo a Administração.

Diante do exposto, afirmamos que nossa proposta e documentações enviadas atendem a exigência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofertando a solução conforme solicitado no Edital tanto nas especificações técnicas quanto ao suporte/garantia e SLA's solicitados. Logo, reafirmamos de forma expressa e movidos pela boa-fé objetiva que a solução atende em sua plenitude todos os requisitos almejados para a contratação.



III. DO DIREITO

A Licitação é “*um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas*”². Para a sua realização deverá ser elaborado o Edital, que conterà todas as exigências e condições do procedimento licitatório a que se vincula a Administração Pública.

A Constituição Federal art. 37, XXI estabelece princípios dos procedimentos a serem resguardados pelo administrador público quando da execução dos procedimentos licitatórios. Vejamos:

“XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, caput, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários já vistos:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

*Podemos perceber que tanto a Constituição Federal, em seu art. 37, como a Lei nº 8.666/93, traz, em seu teor, os princípios norteadores da atividade exercida pelos administradores durante o certame público. A validade ou invalidade dos atos praticados durante o processo de licitação passará antes pela análise à luz destes princípios, enumerados e divididos por José dos Santos Carvalho Filho em princípios básicos (princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo) e correlatos (princípios da competitividade, da indistinação, da inalterabilidade do edital, do sigilo das propostas, do formalismo procedimental, da vedação à oferta de vantagens e da obrigatoriedade)*³.

De acordo com o artigo de Moreira, Alexandre Magno Fernandes. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade em: *Razão é a capacidade de coordenação hierárquica de todos os conhecimentos, em vista de princípios ou de valores. Decorrente dos princípios da finalidade, da legalidade e do devido processo legal substantivo, a razoabilidade ou proporcionalidade exige do agente público que, ao realizar atos discricionários, utilize prudência, sensatez e bom senso, evitando condutas absurdas, bizarras e*

² (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 10 ed., São Paulo: Malheiros, 1998, p.331)

³ (BARROS, Felipe Luiz Machado. Princípios administrativos aplicados à licitação pública. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3175>>.)



IT-One Tecnologia da Informação S.A.

Rua Alberto Cintra, 161 – 6º Andar – Funcionários

31160-370 - Belo Horizonte – MG

Tel / Fax: 31 3524-3450



incoerentes. Assim, o administrador tem apenas liberdade para escolher entre opções razoáveis. Atos absurdos são absolutamente nulos.

O mestre Celso Antônio de Mello, se posiciona da seguinte forma sobre "O Administrado na nova Constituição ", *"O princípio da razoabilidade é componente da legalidade dos atos administrativos. Não podem ser as ações do administrador do ato administrativo praticado fora dos limites do razoável."* (2001, p. 18).

A denominação de princípio da razoabilidade ou proporcionalidade não importa, pois a nosso ver, senão são idênticos ou mesmo assemelhados princípios, levam ao mesmo fim: buscar uma decisão mais justa, impor limites ao administrador em face da discricionariedade.

Sendo um princípio geral do direito, ele norteia a hermenêutica da Constituição em sua totalidade e, logo, permeia a interpretação de cada uma de suas normas.

Portanto, a aplicação do princípio da razoabilidade é hermenêutica constitucional, visto ser um princípio constitucional, consoante palavras do eminente professor Paulo Bonavides, " abrange a parte não-escrita ou não expressa dos direitos e garantias da Constituição, a saber, aqueles direitos e garantias cujo fundamento decorre da natureza do regime, da essência impostergável do Estado de Direito e dos princípios que este consagra e que fazem inviolável da unidade da Constituição ". (2003,p.359).

A RECORRIDA – IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. demonstrou o atendimento as exigências técnicas contidas no Edital - indispensáveis - para garantir o perfeito funcionamento das aplicações utilizadas pelo **MP-MG**.

Gostaríamos de destacar que elaboramos nossa fundamentação baseada estritamente nas disposições do Instrumento Convocatório, doutrina e jurisprudência pátria e à Luz da Lei 8.666/93.

IV – DOS PEDIDO

Diante do exposto, requer desta Comissão, pelos motivos que aqui foram expostos:


I – Seja indeferido no mérito o recurso apresentado pela Lenovo Comercial de Distribuição Ltda por sua impertinência e improcedência em relação a proposta da IT-One Tecnologia da Informação S.A.

II – REAFIRME a classificação da proposta da IT-One Tecnologia da Informação S.A. em primeiro lugar e dê prosseguimento no processo de contratação.

Termos em que,

P. Deferimento.

Belo Horizonte, 05 de Novembro de 2019.


Christiane Ottoni Cândido Neves
Representante Legal

